

Sindsep-MT participará da 3º marcha da Campanha Salarial

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) participará da 3ª marcha da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais, que acontece no próximo dia 16 de junho, em Brasília. Cerca de 15 representantes da categoria embarcam rumo à capital federal no próximo dia 13 e devem participar de uma maratona de reuniões até o dia 17.

(Página 4)



PLP 549/09: um projeto de lei rejeitado pela própria base aliada



O projeto de lei complementar que limita o aumento dos gastos com pessoal em 2,5% ao ano (além da correção da inflação) está prestes a ser rejeitado pela Câmara dos Deputados. No ano passado, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público rejeitou, por unanimidade, a proposta.

(Página 2)

Dnit: Bônus foi para Congresso sem alterações sugeridas por servidores

Representantes da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e do Comando Nacional de servidores do Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes) participaram de uma reunião com secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, e sua equipe técnica neste mês.



(Página 3)

Governo sofre derrota no Senado e MP 520 perde validade

(Página 3)

Governo não pretende criar novas gratificações. Luta do Mapa é por plano de carreira

(Página 3)

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES/CONDSEF

JUNHO

DIA	ATIVIDADE
08/06	Atividade no Senado contra a proposta do Código Florestal
14/06	Reunião do CDE
15/06	Plenária dos Readmitidos (Demitidos do Governo Collor) para elaboração da pauta de reivindicação – CONDSEF
15/06	Plenária dos Trabalhadores lotados na Secretaria Indígena/MS para elaboração da pauta de reivindicação – SINDSEP/DF
16/06	Marcha à Brasília com caravanas dos estados referente à Campanha Salarial
17/06	Plenária Nacional da CONDSEF
18/06	Reunião Ampliada das Entidades Nacionais
28/06	Plenária Nacional dos trabalhadores lotados na Defensoria Pública da União, para elaboração da pauta de reivindicação

AGOSTO

DIA	ATIVIDADE
	Audiência pública para tratar da situação dos intoxicados do Ministério da Saúde e Funasa
13 a 23	Atividades em defesa dos direitos dos trabalhadores – nos estados
24	Grande marcha à Brasília em defesa dos direitos dos trabalhadores

Servidores federais reafirmam luta por extensão da Lei 12.277/10 para todos

(Página 4)

Condsef solicita reunião para debater equalização salarial do PECFAZ



A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) esteve nesta segunda-feira, 6, no Ministério da Fazenda (MF) onde participou de reunião na Coordenação Geral de Recursos Humanos.

(Página 4)

PLP 549/09: um projeto de lei rejeitado pela própria base aliada

O projeto de lei complementar que limita o aumento dos gastos com pessoal em 2,5% ao ano (além da correção da inflação) está prestes a ser rejeitado pela Câmara dos Deputados. No ano passado, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público rejeitou, por unanimidade, a proposta. Agora, o relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação, deputado Pepe Vargas (PT-RS), disse ao Valor que dará parecer contrário ao projeto.

A limitação para o aumento das despesas com servidores foi defendida pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. A medida faz parte de uma estratégia fiscal de longo prazo, cujo objetivo é garantir a sustentabilidade das contas públicas e abrir espaço para a ampliação dos investimentos e preservação dos gastos na área social.

O secretário Augustin defendeu a inclusão, no mesmo projeto, de um artigo para também limitar o aumento dos gastos de custeio administrativo (diárias, passagens, terceirização, reformas, etc) em 2,5% além da infla-



ção. Augustin considera que esse é “um debate estratégico e de longo prazo”.

Mesmo que seja rejeitado pela CFT e também pela Comissão de Constituição, Justita e Cidadania, último colegiado que examinará a matéria, o projeto ainda será votado em plenário, pois se trata de projeto de lei complementar, cuja última palavra quem dá é o conjunto dos deputados.

Mas não é o que pensa a base de sustentação política do governo. Em janeiro de 2007, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou um projeto de lei complementar propondo essa limitação dos gastos de pessoal. A diferença é que o limite era de

1,5% ao ano mais a inflação. Até hoje, o projeto não recebeu sequer parecer e foi esquecido em alguma gaveta da Câmara dos Deputados.

Limite de 2,5% ao ano

Em 2009, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), articulou um projeto com a mesma matéria, mas com um limite de 2,5% ao ano, além da inflação. Este critério valeria por dez anos. No projeto, Jucá acrescentou um artigo que limita as despesas com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da administração pública.

Essas despesas não podem exceder, em valores absolutos, a 25% dos percentuais estabelecidos para despesas com pessoal de cada poder, na União, Estados e municípios. O projeto de Jucá, com o apoio dos líderes da base aliada, foi aprovado por unanimidade pelo Senado.

Ao chegar à Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer contrário do deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), que foi o relator da matéria na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ainda em 2010.

Busato alegou que a despesa da União com pessoal se manteve estável de 2002 a 2009, tendo passado de 31,88% da receita corrente líquida (RCL) para 31,33%, nesse período, muito abaixo do limite máximo de 50% da RCL previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo ele, esse resultado apresenta “plena sintonia com os princípios e os limites que norteiam a gestão fiscal responsável”.

Parecer no Trabalho

Em seu parecer, Busato diz ainda que o limite proposto “praticamente congelará nos próximos dez anos a remuneração dos servidores e dificultará, sobremaneira, o preenchimento de cargos, novos ou vagos” dos três Poderes e do Ministério Público da União (MPU). Ele lembrou que estão tramitando no Congresso projetos que reajustam os salários dos servidores do Judiciário e do MPU, que “seriam inviabilizados” com a aprovação do limite para gastos com pessoal.

A ex-deputada Luciana Genro (PSol-RS) chegou a redigir um parecer pela rejeição do projeto, quando ainda era a relatora da matéria na Comissão de Finanças e Tributação. No parecer, a

ex-deputada citou uma publicação da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (Cnesf), que considera que a proposta “congela os salários dos servidores públicos por dez anos, impede novos concursos públicos para reposição de pessoal e reduz drasticamente os gastos com investimento na administração pública”.

Como não foi reeleita, a ex-deputada Luciana Genro foi substituída pelo deputado Pepe Vargas na relatoria do projeto. Em conversa com este colunista, Vargas disse que o Brasil já tem um arcabouço jurídico que impede a gestão pública irresponsável, numa referência à LRF e a todo o ciclo orçamentário, constituído pelo Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Vargas: limites já existem

Ele disse que já existem limites para os gastos com pessoal e que qualquer projeto que aumente essa despesa precisa ter adequação orçamentária e constar do anexo cinco da lei orçamentária, o que envolveria uma análise criteriosa e aprovação do Congresso.

Para o deputado petista, o governo terá que decidir se con-

cede ou não reajuste aos servidores nos próximos anos e que essa matéria não pode ser disciplinada em lei. “Ninguém vai disciplinar em lei a arte de governar”, afirmou.

“Em determinado momento, o governo pode ter necessidade de reajustar os salários de determinada categoria ou contratar mais servidores”, acrescentou. Para exemplificar, Pepe Vargas informou que há uma proposta, que está sendo construída desde 2009, de criar uma agência da Previdência Social em cada município com mais de 20 mil habitantes, o que envolveria a contratação de novos servidores. Ele citou também a expansão da rede de ensino, que necessitará de mais professores.

Vargas disse que o projeto cria um ambiente de insegurança para o servidor e um conflito entre o governo e o funcionalismo. “O governo não tem nada a ganhar com isso”, avaliou. Ele disse que não recebeu nenhuma indicação do governo de que tem interesse na aprovação do projeto. “Não ouvi a presidente Dilma dizer que esse projeto é importante para o governo”, observou.

Fonte: Valor Econômico

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT			33.710.088/0001-94 Período: 30/04/2011		
Receitas Brutas de vendas e/ou serviços			DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
RECEITAS			TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES		
MIN PLANEJAMENTO	281,04			2.615,61	
EXERCITO	4.673,77			ENERGIA ELÉTRICA	493,32
MIN EDUCAÇÃO (MEC)	24,42			DESPESAS COM CARTÓRIO	74,00
MIN AGRICULTURA	3.190,48			MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	135,00
MIN FAZENDA	2.862,39			LANCHES E REFEIÇÕES	571,38
MIN JUSTIÇA	48,60			DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	1.097,40
POLICIA FEDERAL	33,08			MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	40,00
MIN AERONÁUTICA	68,18			DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	8,00
MPAS/SAS	215,51			MATERIAIS DE INFORMÁTICA	130,00
MIN SAUDE	26.432,05			CORREIOS E POSTAGENS	2.574,30
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.945,84			CÓPIAS E REPRODUÇÕES	271,65
UFMT	316,08			VIAGENS E ESTADIAS	14.948,89
FUNAI	7.592,71			MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,69
M M E	111,52			HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00
D N P M	48,94			DESPESAS TÁXI	25,00
FUNASA	17.003,20			CUSTAS PROCESSUAIS	465,00
A N V S	58,20			KENTEL PLUS ALARME	195,00
D N I T	711,85			CONDSEF	750,00
AGU	262,32			MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	6,40
IBAMA	1.161,75			MENSALIDADE COPIADORA	300,00
MIN COMUNICAÇÕES	756,35			CÓPIAS EXCESSO	184,90
INCRA	8.417,77			MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	84,36
MIN TRANSPORTES	5.486,12			JORNAL O COMPROMISSO	1.500,00
INSS	1.069,83			ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.200,00
MIN MARINHA	202,00			DEPARTAMENTO JURÍDICO	329,20
CONAB	9.803,74			AJUDA DE CUSTO	720,66
D P R F	98,56			SEGURO VEÍCULO	789,00
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	83,90			CUT NACIONAL	1.765,50
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28			BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	850,00
DRT	167,70			DESPESAS MANUTENÇÃO	50,00
SICOOB APLICAÇÃO	465,21			ORNAMENTAÇÃO COROA DE FLORES	300,00
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41	93.803,80		CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00
(=) Receita Líquida		93.803,80		CARAVANA BRASÍLIA	14.712,07
(=) Superávit Bruto		93.803,80			43,23
(-) Despesas Operacionais				DESPESAS FINANCEIRAS	
DESPESAS TRABALHISTA				TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	66,70
SALÁRIOS	4.650,22			TARIFAS BANCÁRIAS	66,20
FGTS	492,30				
INSS	1.650,83			DESPESAS TRIBUTÁRIAS	110,76
VALE TRANSPORTE	575,00			IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	42,23
ASSISTÊNCIA MÉDICA	459,20			(=) Superávit Operacional	18.581,83
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00			(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.581,83
PARCELAMENTO INSS	1.533,06				
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	2.315,00				
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	6.669,72				
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.100,00				
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.400,00				
ANUÊNIO	103,58	23.198,91			
MARIA DE JESUS DA SILVA CONTABILISTA C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00			CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA PRESIDENTE R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53		
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338					

EXPEDIENTE
Boletim Informativo do SINDSEP-MT
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso
Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT
Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com
Jornalista Responsável: Hugo Fernandes DRT/MT 1663
Telefone (65) 8417-0670 e-mail: imprensa@sindsepmt.org.br
Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099
Fotos: Chico Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADEBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. **SUPLENTE DE DIREÇÃO:** DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP. /CÁCERES. **CONSELHO FISCAL TITULAR:** JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. **SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPÍRITO SANTO - 9º BEC

Dnit: Bônus foi para Congresso sem alterações sugeridas por servidores

Hugo Fernandes

Representantes da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e do Comando Nacional de servidores do Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes) participaram de uma reunião com secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, e sua equipe técnica neste mês.

A expectativa era de que o encontro possibilitasse a construção de um consenso entre servidores e governo envolvendo a proposta de bônus apresentada ao Dnit. Ignorando a contraproposta apresentada pelos representantes da categoria e alegando falta de tempo para discutir novos valores para o bônus, a SRH informou que a proposta original apresentada pelo governo foi para o Congresso Nacional e lá aguarda votação. Sem terem suas opiniões ouvidas, os servidores voltam suas atenções para impulsionar a luta em torno da pauta original do setor que tem como item principal a reestruturação da carreira do Dnit e sua tabela salarial.

A reunião foi também uma oportunidade para retomar as negociações de uma



lista de demandas pendentes. A reposição de valores descontados de servidores que participaram de greve do Dnit no ano passado está nesta pauta. Entre os itens está ainda a aprovação da minuta de decreto em negociação junto ao Ministério dos Transportes. A regulamentação da progressão funcional das gratificações de que trata a lei 11.171/05 também faz parte da lista de demandas original. A abertura de concursos públicos para atender exigências do TCU é outro item pendente. A instalação de um grupo de trabalho (GT) garantido em acordo também é esperada. Já que a proposta de bônus feita pelo governo é encarada pelos servidores apenas como um paliativo enquanto as negociações para estruturar a carreira do Dnit acontecem. A proposta de

bônus tem, inclusive, data para terminar: 2010.

Para seguir negociando solução para essas pendências, o Planejamento marcou nova reunião para o próximo dia 27. A proposta é buscar soluções para cada item pendente da pauta original de demandas dos servidores do Dnit. A Condsef defende a instalação imediata do grupo de trabalho (GT) do Dnit com prazo para concluir trabalhos e apresentar proposta de uma tabela salarial estruturada até o dia 15 de julho. Duvanier Ferreira mostrou concordar com os prazos sugeridos.

A falta de tempo tem razão de ser. Para garantir recursos na lei orçamentária do ano que vem, as propostas que envolvem investimento devem seguir para o Congresso até o dia 30 de agosto.

Concluindo a proposta de reestruturação de tabela salarial do Dnit no dia 15 de julho, haverá tempo hábil para encaminhar a proposta sem riscos de que ela não esteja contemplada no orçamento 2010.

Com a recusa do governo em acatar as sugestões dos trabalhadores na proposta de bônus, os servidores do Dnit devem se unir para fortalecer a luta em torno de sua pauta de reivindicações original. Para a Condsef, o atendimento dessas demandas também depende do grau de comprometimento de cada servidor. Por isso, é importante que todos estejam mobilizados e prontos para defender a melhora da

situação funcional do Dnit, órgão estratégico dentro do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe do governo federal.

Veja novamente a proposta de bônus apresentada pelo governo e abaixo, a contraproposta apresentada pelos trabalhadores, mas que não foi considerada:

CONFIRA PROPOSTA DE "PRÊMIO" APRESENTADA PELA SRH/PLANEJAMENTO AOS SERVIDORES DO DNIT:			
MÊS DEPAGAMENTO	NS 887 Qtde Serv.	NI 2.053 Qtde Serv.	NA 7 Qte Serv.
Jun/09	5.382,61	2.307,45	708,31
Out/09	16.658,98	7.134,13	2.192,19
Dez/09	6.663,59	2.853,65	876,88
Fev/10	6.663,59	2.853,65	876,88
Jun/10	13.327,18	5.707,31	1.753,75
TOTAL	48.695,95	20.856,19	6.408,00

CONFIRA A CONTRAPROSTA SUGERIDA PELOS SERVIDORES PARA AMPLIAR VALORES PARA NI E NA:			
MÊS DEPAGAMENTO	NS 887 Qtde Serv.	NI 2.053 Qtde Serv.	NA 7 Qte Serv.
Jun/09	5.382,61	3.093,40	1.731,30
Out/09	16.658,98	7.134,14	2.192,19
Dez/09	6.663,59	3.639,60	1.999,88
Fev/10	6.663,59	3.639,60	1.999,88
Jun/10	13.327,18	6.493,26	2.876,75
TOTAL	48.695,95	24.000,00	10.800,00

Governo sofre derrota no Senado e MP 520 perde validade

Num dia muito confuso, com muitos protestos dos senadores contra o atropelo no envio de Medidas Provisórias (MP) ao Legislativo, o governo Dilma Roussef acabou sofrendo uma dura derrota no Senado. Três medidas estavam na pauta para votação: MP 517, 520 e 521. Entretanto, somente a 517 foi votada e aprovada. Depois de muito debate, discussões, tumulto, a presidente em exercício da

Casa, Marta Suplicy (PT-SP) encerrou a votação sem voltar a MP 520, que perdeu validade.

A Medida Provisória 520, assinada em 31 de dezembro de 2010 pelo presidente Lula, com a anuência do ministro da Educação, Fernando Haddad, criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsrh), empresa pública, mas de direito privado, cujo objetivo era de administrar os

Hospitais Universitários. Desde o início, as entidades sindicais, desde o ANDES, passando pela Fasubra, e nas bases dessas entidades (Sedufsm e Assufsm), denunciaram o processo de privatização dos HU e se mobilizaram contrariamente.

As críticas ao conteúdo da MP, especialmente ao fato de ser inconstitucional, por ferir a autonomia universitária, não foram levantadas ape-

nas por partidos de oposição como o PSDB, DEM e PSol. Senadores da base governista também se manifestaram em relação ao mérito da MP.

Roberto Requião (PMDB-PR) avaliou que a medida era um "equivoco" e que ele tinha experiência semelhante em seu estado, quando foi governador, o que desaconselhava a repetição de providência similar em âmbito federal. Cristóvam Buarque (PDT-DF)

lamentou o açodamento na votação de matéria tão importante, que afetava profundamente o futuro das universidades federais.

O debate que precederia a votação da MP 520 iniciou por volta de 21h, com a leitura do parecer pela relatora, senadora Gleisi Hoffman (PT-PR). Quando faltavam menos de 30 minutos para encerrar o prazo de vigência da MP, que era a meia-noite, a presidente em

exercício do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), através de um requerimento de senador da base governista, tentou encerrar a discussão para poder votar a medida provisória. Houve protestos, tumulto, a sessão foi suspensa por 5 minutos para se tentar um acordo. Reiniciada a sessão, houve mais algumas manifestações, o horário da meia-noite chegou e a sessão foi encerrada.

Governo não pretende criar novas gratificações. Luta do Mapa é por plano de carreira

A Condsef solicitou uma audiência com o secretário-executivo do Mi-

nistério da Agricultura (Mapa), Milton Ortolan, com o objetivo de dar

continuidade às tratativas pela estruturação do Plano de Carreira dos servi-

dores do ministério. Anexa ao pedido de audiência foi encaminhada parte da documentação historiando toda a luta dos servidores pela equiparação salarial dos administrativos, inclusive, cópia do Projeto de Plano de Carreira, construído na mesa setorial do ministério, instituída em 2005 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ainda em 2009, foi instituído pelo Planejamento um Grupo de Trabalho para tratar das demandas específicas dos servidores administrativos do Mapa. A conclusão por parte do Planejamento é que não é mais política de governo a criação de novas gratificações. No Congresso da

Condsef, realizado em dezembro de 2010, os servidores da Agricultura, reunidos em plenária, decidiram que a luta agora é pela implantação do plano de carreira e tal luta abrange todos os servidores: fiscais, técnicos e administrativos.

Foi através da luta da Condsef e dos sindicatos gerais que os servidores conquistaram a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) ao vencimento básico, sendo que a última parcela será incorporada no contracheque de julho. Unidade e luta que também podem garantir a extensão da Lei 12.277/10 para todos os cargos de nível superior; aumentar para até 100 pontos a

avaliação de desempenho para todos os servidores; e que garantir a instituição da gratificação de qualificação para todos os servidores.

Neste momento a luta é pela estruturação do Plano de Carreira dos Servidores do Ministério da Agricultura, contemplando e igualando todos os cargos. Os servidores devem ficar atentos para não cair em falsas promessas de "rádio corredor" de que haverá gratificação específica. O próprio governo admitiu que esta não é mais sua política. Aliás, a nossa luta sempre foi pela incorporação de todas as gratificações ao salário, e agora deve ser pela implantação do plano de carreira.



Sindsep-MT participará da 3ª marcha da Campanha Salarial

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) participará da 3ª marcha da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais, que acontece no próximo dia 16 de junho, em Brasília. Cerca de 15 representantes da categoria embarcam rumo à capital federal no próximo dia 13 e devem participar de uma maratona de reuniões até o dia 17.

“Com esforço e parceria da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que nos ajudou a alugar uma van. Nós participamos das outras duas marchas com dois ônibus, mas, desta vez, vamos com um número reduzido de pessoas devido às nossas limitações financeiras”, ponderou o presidente do Sindsep-MT, Carlos Almeida.



Os representantes vão participar da plenária nacional dos servidores públicos federais, nos dias 13, 14 e 15. A marcha será

realizada no dia 16 e no dia 17 haverá outra plenária. Os representantes do Sindsep-MT vão participar também, no dia 14,

do Conselho Deliberativo da Entidade (CDE) da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e

de uma reunião no Departamento do Ministério do Trabalho e Emprego (Demitre).

Já no dia 15, haverá a plenária setorial dos trabalhadores da Secretaria de Saúde Indígena e dos servidores demitidos no governo Collor. Além disso, será realizada uma plenária nacional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), às 9h, no auditório da Condsef, onde serão discutidas as propostas apresentadas pelos Estados, do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012.

“A unidade e mobilização dos servidores em torno dos eixos da Campanha Salarial são o caminho para combater os problemas que ameaçam não só os servidores, como a todos que dependem e têm direito a ser-

viços públicos gratuitos e de qualidade”, destacou o presidente do Sindsep-MT, Carlos Almeida.

A Campanha Salarial é composta pelos eixos de política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações, contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores, institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito, retirada dos Projetos de Leis (PLs) e Medidas Provisórias (MPs) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, cumprimento dos acordos firmados com o Governo, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e definição da data-base.

Servidores federais reafirmam luta por extensão da Lei 12.277/10 para todos

A Condsef realizou mais uma reunião de seu Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), na última sexta-feira, 27/5. No sábado, 28, a entidade promoveu plenária nacional que contou com

a presença de representantes de dezessete estados e o Distrito Federal. Mais de cem delegados fizeram avaliação dos processos de negociação entre a Confederação e o Ministério do

Planejamento.

Por unanimidade a categoria reafirmou o fortalecimento da unidade dos servidores e a luta pela extensão da Lei 12.277/10 para todos os níveis (Superior, Inter-

mediário e Auxiliar) como assinado em memorial no final do ano passado entre Condsef, CUT e SRH.

Um calendário de atividades também foi aprovado durante a ple-

nária. As entidades filiadas à Condsef também reafirmaram participação na 3ª marcha da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais que acontece no próximo dia 16 de ju-

nho. Os estados que não puderem trazer representantes farão atividades locais de apoio à luta em defesa dos servidores e serviços públicos.

Fonte: Condsef

Condsef solicita reunião para debater equalização salarial do PECFAZ

A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) esteve nesta segunda-feira, 6, no Ministério da Fazenda (MF) onde participou de reunião na Coordenação Geral de Recursos Humanos. O objetivo do encontro foi analisar os processos de avaliação de desempenho do PECFAZ que estão em seu segundo ciclo.

A entidade aproveitou a oportunidade para solicitar uma reunião para retomar as discussões sobre equalização salarial do PECFAZ. Estudos elaborados pela subseção do Dieese na Condsef que mostram a realidade remuneratória dos administrativos com outras carreiras do MF serão o ponto de partida para este debate. O ministério vai confirmar uma data para esta reunião que deve acontecer já na próxima semana. Sobre o tema da reunião de ontem, houve consenso na necessidade de apresentar mudanças que dêem maior flexibilidade aos critérios estabelecidos para

avaliar os administrativos fazendários.

A Condsef avalia que mudanças são fundamentais para adequar o processo de avaliação à realidade do PECFAZ e suas atribuições.

Os representantes do MF vão encaminhar suas propostas de mudança e o conjunto de justificativas que serão analisadas pela Confederação e o departamento dos trabalhadores do MF na entidade (Denfa). A Condsef também vai buscar com suas entidades filiadas sugestões de propostas que serão encaminhadas ao MF até o próximo dia 13.

A categoria deve permanecer atenta. Todas as informações de interesse dos fazendários e demais setores da base da Condsef vão continuar sendo divulgadas aqui em nossa página.

Fonte: Condsef

